

TRABALHO E AÇÃO POLÍTICA EM MARX

LABOR AND POLITICAL ACTION IN MARX

ALEXANDRE LIMA¹

(UFSC / Brasil)

RESUMO

Este estudo pretende analisar o conceito de trabalho, fator constituinte da condição humana em Marx, procurando identificar os pontos em comum entre os *Manuscritos econômico-filosóficos* e *O capital* e, mediante algumas críticas clássicas à centralidade desse conceito na filosofia de Marx, elucidar as relações entre trabalho, ação, economia e política.

Palavras-chave: Trabalho. Ação. Política. Economia. Propriedade.

ABSTRACT

This article aims at analyzing the concept of “work”, which is a significant factor of the human condition according to Marx, trying to identify some common elements between *Economic & Philosophical Manuscripts of 1844* and *The Capital* and, by means of a study of some classical criticisms to the importance of this concept in the thinking of Marx, to elucidate the relations between work, action, economy and politics.

Keywords: Labor. Action. Politics. Economy. Property.

Introdução

O trabalho é um dos conceitos centrais em Marx. É fator constituinte da condição humana, possuindo, por um lado, o seu aspecto histórico e, por outro, o seu aspecto eterno, natural. É a atividade normal da vida, um dos fatores que permitem a Marx afirmar que a economia é a base real nos diversos modos de produção, revelando uma importante inversão temática na história da filosofia. É a partir do conceito de trabalho que Marx elabora o conceito de alienação e, mais tarde, de mais-valia e de fetichismo da mercadoria. O propósito neste estudo é analisar o conceito de trabalho em Marx procurando identificar os pontos em comum entre os *Manuscritos econômico-filosóficos* e *O capital* e, mediante algumas críticas clássicas à centralidade desse conceito na filosofia marxiana, procurar elucidar as relações entre trabalho, ação, economia e política. Após uma exposição geral sobre o trabalho, analisaremos as críticas de

Hannah Arendt, que remetem à abrangência e aos limites do trabalho, ou sua relação com a ação política.

1. O trabalho nos *Manuscritos*

Uma das grandes dificuldades na obra de Marx é compreender a função do conceito de trabalho, sua abrangência, seus limites e sua relação com a ação política. Um caminho possível, para poder dar uma resposta satisfatória a alguns problemas que começam justamente devido à centralidade do conceito de trabalho em sua filosofia, é compreender as conexões entre seus primeiros textos, especialmente os *Manuscritos econômico-filosóficos* e *O capital*.

O jovem Marx ainda não tinha uma compreensão bem definida sobre o funcionamento do modo de produção capitalista. Não tinha, por exemplo, uma concepção própria sobre mercadoria, indicando o trabalho como uma outra mercadoria qualquer sujeita às oscilações da lei da demanda e oferta.² Por não ter ainda elaborado a distinção entre *trabalho* – que é a função ou execução da atividade mesma – e *força de trabalho* – uma capacidade de atuar/fazer que é própria do trabalhador –, Marx adota, parcialmente, a concepção dos economistas clássicos. Isso não o impede de promover uma crítica avassaladora ao reducionismo econômico, tanto dos economistas quanto dos socialistas vulgares ou populares.

De acordo com Marx, a economia política clássica (Smith, Ricardo, Say, etc.) não trata do homem enquanto tal, livre em sua atividade criadora, mas apenas daquele ser aprisionado a funções debilitantes, a um trabalho abstrato, sem especificação, limitado somente a uma “atividade aquisitiva” cuja finalidade seria somente o aumento da riqueza.³ Os economistas reduzem o trabalhador a um ser que precisa apenas ser alimentado o suficiente para exercer a única função condizente com ele, e que, desse modo, “tal como um cavalo, deve receber tanto quanto precisa para ser capaz de trabalhar.”⁴ Nos escritos de juventude Marx apresenta uma visão bastante abrangente do trabalho, ainda afetada pelo materialismo de Feuerbach, mas aplicada à economia como área preponderante da atividade humana e onde o trabalho aparece mais destacadamente. Isso não significa que o trabalho seja uma atividade restrita ao aspecto econômico, e menos ainda ao financeiro.

Embora nem sempre consiga, Marx pretende denunciar a visão economicista do trabalho, típica dos economistas e de alguns socialistas dos séculos XVIII e XIX, e contrapor-se a ela. Como alternativa, Marx define o trabalho como uma atividade humana que atua sobre um espectro material, a natureza. Há uma *natureza orgânica*, que é o próprio homem, e uma *natureza inorgânica*, aquela sobre a qual o homem atua, produz. Trabalho é apropriação da natureza, e isso só é possível a partir da verificação de algo exterior ao homem, ou seja, a objetivação: a constatação de que há algo externo, porém a partir da constatação simultânea de que há o interno. Só faz sentido falar em externo se há o reconhecimento do interno, e este só se reconhece porque há o externo. Enfim, obviamente não há exterior sem interior e vice-versa. Com isso a natureza não pode ser concebida como fruto da idealização, pois é o substrato necessário à atividade humana, atividade que torna o homem distinguível das outras espécies. Se homem e natureza fossem imediatamente uma coisa única, não haveria distinção entre o homem e os outros animais, pois estes sim se identificam de imediato e por isso sua atividade não altera o meio externo, pois não há o externo.⁵ Consequentemente, para os animais não há ação nem criatividade, embora eles produzam; afinal, precisam sobreviver. Só o homem percebe que homem e natureza não são imediatamente a mesma coisa, mas se interligam por meio do trabalho, único capaz de construir um outro mundo, o mundo social, a partir da vontade e criatividade humanas. O trabalho é uma atividade livre, consciente, capaz de criar a vida; é atividade vital, revolucionária, porque está sempre dando novos rumos à natureza e ao próprio homem. Marx ressalta que essa dinamicidade da vida é resultado da prática humana: “A construção prática de um mundo *objetivo*, a *manipulação* da natureza inorgânica, é a confirmação do homem como ser genérico consciente, isto é, ser que considera a espécie como seu próprio ser ou se tem a si como ser genérico”.⁶ O ser genérico é o homem social, que constrói a realidade por meio da prática, do trabalho, que constrói uma habitação específica a cada momento histórico condizente com as necessidades sociais existentes. A prática humana ultrapassa as necessidades imediatas, e portanto a materialidade humana não se resume à saciedade das necessidades corporais (fome, frio, etc.). Essa construção da realidade não é um simples viver; é um *viver bem* que só é possível – e, ao mesmo tempo, é próprio do homem – porque o homem produz a partir do momento em que saciou suas necessidades físicas imediatas, ficando livre para produzir algo que vai além disso. Então o trabalho, por um lado, é o que possibilita ao homem satisfazer suas necessidades inevitáveis

(algumas naturais, outras sociais), e, por outro, é a atividade capaz de ir além dessas necessidades e mostrar o que é o próprio homem.

Marx chega a esse conceito geral de trabalho a partir dos fatos econômicos de sua época,⁷ em plena Revolução Industrial, ou seja, a partir da clara divisão da sociedade em duas classes: “os *possuidores* de propriedade e os *trabalhadores* sem propriedade”.⁸ A realidade econômica mostra que o trabalhador perde quando o capitalista perde, e ganha ou perde quando o capitalista ganha. Em sua filosofia, Marx tenta traçar a oposição entre o trabalho como atividade criadora, livre, e o trabalho vigente nos moldes do capitalismo, onde cumpre apenas a função de produzir mercadorias – sendo que o próprio trabalhador se produz como simples mercadoria.

A distinção entre trabalho “conceitual” (livre, criador) e trabalho vigente (embrutecedor, dilacerador) é desenvolvida melhor a partir das quatro formas de *alienação*, que Marx apresenta também para mostrar a diferença com a *objetivação*.

A primeira forma de alienação ocorre no produto do trabalho. O objeto produzido se torna algo estranho e hostil a quem o produziu, e, quanto mais o trabalhador produz, mais aumenta esse antagonismo, pois aumenta a quantidade de objetos estranhos a ele. O trabalho perde seu sentido emancipador e o trabalhador torna-se vazio; o produto do trabalho torna-se estranho ao trabalhador.⁹

A segunda forma ocorre no próprio processo produtivo: a alienação na atividade do trabalho. Quando o trabalhador vende seu trabalho para outro, o processo produtivo torna-se exterior ao trabalhador, não expressando mais sua natureza (o ser genérico, ser social). Agora, cada momento do trabalho representa um passo a mais em direção ao calvário.¹⁰ O processo de trabalho não é fim, mas é apenas meio para algo que lhe é estranho. Desse modo, o trabalhador não se sente humano no trabalho, mas somente fora dele. Há uma inversão entre o ser do homem e o do animal, pois a própria vida (que é atividade) volta-se contra o trabalhador, e o que antes expressava sua realização é agora sua deterioração.¹¹

A terceira forma de alienação remete diretamente à concepção feuerbachiana de natureza humana, assumindo que o homem é um ser genérico,¹² é o ser social, e, portanto, a oposição entre indivíduo e sociedade é simples abstração, pois na realidade o indivíduo é um ser social. Assim como o homem produz a sociedade, esta produz o homem, pois o trabalho pressupõe o âmbito social, é essencialmente social. A espécie é universal, pois congrega todas as possibilidades

(capacidades), enquanto o indivíduo isolado é limitado. Só o homem transforma a natureza inorgânica (que são os meios necessários à vida) em natureza orgânica (seu próprio corpo, que congrega o plano físico e espiritual). Porém, no capitalismo, a alienação transforma a vida genérica (universal) em meio de vida individual, ou seja, o homem tem na produção o seu único meio de satisfação, que é só física, imediata, semelhante à dos animais. Para o homem alienado, a sua atividade é só um meio para sua existência individual; ele se percebe mais como alguém que trabalha para si, mas, de fato, ele trabalha para outro.

O último momento é o da alienação do homem em relação ao próprio homem. Cada trabalhador entende e vê o outro somente como trabalhador, como alguém ocupado em produzir algo que será trocado por dinheiro (salário), e não como homem (livre).¹³ Com isso surge a oposição entre os homens, e, como o trabalhador agora produz para outro, nascem a partir de então duas classes: a do proprietário e a do expropriado. A luta entre as duas classes tem como causa a separação entre produto e produtor. Enquanto o trabalho é o que caracteriza o homem, a alienação promove uma total inversão no modo como se dá originalmente a produção e a apropriação.

2. Propriedade, natureza e trabalho

A extinção da propriedade privada foi sempre um problema para o comunismo e é considerada uma das chaves do sucesso da revolução. A atividade humana essencial, o trabalho, é responsável tanto pela apropriação quanto pela expropriação do trabalhador, portanto é preciso saber o que Marx entende por propriedade e qual é sua ligação com a alienação.

Uma justificativa para a revolução é a relação direta entre alienação e propriedade privada dos meios de produção.¹⁴ Por isso a análise das quatro formas de alienação só tem sentido se perguntarmos: do que o homem/trabalhador está alienado? Primeiro, é preciso distinguir alienação de objetivação, pois a não distinção entre esses conceitos serviu de base para Marx acusar Hegel de indicar apenas os aspectos positivos do trabalho. O conceito de trabalho em Hegel está exposto na *Fenomenologia do Espírito*, obra que pretende expressar o caminho da experiência que a consciência faz, uma experiência total, de todas as formas de experiência.¹⁵ Hegel ilustra esse itinerário – a caminhada do saber, inicialmente sensível, até o saber científico –

com várias figuras da consciência, entre elas a do senhor e a do escravo. O escravo é a consciência que é *em-si*, é o homem como tal, livre em si mesmo, mas que não é ciente disso. O senhor é a consciência *para-si*; também é livre, é reconhecido como livre, mas ele próprio não se reconhece na própria liberdade. Isto porque a liberdade requer uma atividade adicional, o trabalho, que não é executada por ele próprio e sim por outro, o escravo. É a partir das relações senhor/escravo, senhor/natureza que Hegel expõe mais claramente sua concepção positiva de trabalho como uma das formas centrais de constituição antropológica, conectada com a necessária alienação. O trabalho, como categoria universal, permitirá a inversão conceitual entre senhor e escravo: o escravo torna-se senhor porque trabalha, e o senhor torna-se escravo porque não trabalha.¹⁶ O escravo, como sujeito, nega a coisa (o objeto), depois a supera e a assume. Porém a coisa continua independentemente dele, porque o escravo não a consome, não usufrui dela; apenas mantém contato com a coisa por meio do trabalho. O produto desse trabalho será desfrutado por outro, o senhor, que anteriormente foi reconhecido, e então pode gozar a coisa. Entretanto, o senhor não alcança, no segundo momento, a independência perante a coisa, pois não mantém contato direto com ela, não a produz, apenas usufrui da coisa por meio da atividade de outro. Desse modo, o senhor, ao introduzir o escravo entre si mesmo e a coisa, permanece dependente da coisa, não a produz, apenas a consome como se fosse uma máquina, negando a si mesmo como sujeito. O escravo – que num primeiro momento se entrega à vida, perdendo assim a oportunidade de independência perante ela –, num segundo momento, é quem alcança a independência por meio do trabalho. Entretanto, o trabalho não é algo natural em si; pelo contrário: é violação da natureza, porque é sempre algo forçado, nunca é algo dado espontaneamente. É só por meio do trabalho que o homem cria, primeiro a coisa (a vida) e, em seguida, a si mesmo, ao negar o dado natural criando as condições para manter-se vivo. Ele não pode satisfazer seus instintos, pois deve trabalhar para a satisfação dos instintos do senhor; então, enquanto trabalha o escravo deve refrear tais instintos. O escravo é o verdadeiro senhor, encontrando no trabalho (e não no gozo) o seu objeto adequado.¹⁷

No trabalho a consciência se transfere para a natureza, pois ela não lhe é mais exterior; o trabalho cria a natureza, e por meio dele a consciência cria a si mesma, pois o trabalho é autocriador,¹⁸ cria uma outra natureza, que é a própria humanidade. O escravo que trabalha não está simplesmente negando seu instinto natural, mas o está transformando de tal modo que ele cria um outro mundo que é o seu próprio, um mundo humanizado. Se o escravo entende que o

trabalho lhe proporciona a independência, mas permanece nessa condição de escravo – acreditando que sua liberdade é independente do seu meio material –, então ele ainda não efetivou a liberdade, gozando de “*uma liberdade que ainda permanece no interior da escravidão*”.¹⁹

Nos vários sentidos em que se possa tomar a dialética do senhor e do escravo, é fácil perceber que o trabalho é abordado unicamente de um ponto de vista positivo. Hegel toma o trabalho como uma categoria moral, disciplinadora dos instintos, como um processo educador, ignorando assim as deformações humanas promovidas pelo trabalho. O trabalho é apenas uma categoria abstrata, um dos momentos da consciência rumo à razão. Não é trabalho material, concreto, de uma classe; é o trabalho do Espírito.²⁰

Em Marx o trabalho não é abstração, mas atividade criadora; cria um mundo diferente, ao lado do natural e interligado a ele, um mundo que é social, produto do seu trabalho e que lhe é próprio; não lhe é cedido espontaneamente como é, supostamente, o mundo natural. Esse novo mundo, da produção, é universal, livre, abrangente e belo,²¹ e, pelo fato de ser criado pelo trabalho, é propício ao homem, portanto é sua propriedade, que, por sua vez, é resultante daquilo que expressa o que é o homem: trabalho que gera um produto, que gera algo. A objetivação é o reconhecimento do objeto e o reconhecimento de si próprio pela existência do objeto, de algo exterior. O objeto é o mundo sensível, externo, que serve como princípio da atividade.²² Portanto, a objetivação é resultado da ação do homem sobre a natureza.

Sobre a diferenciação entre a concepção marxiana e hegeliana de natureza, lembramos que para Hegel a natureza é um pensamento abstrato que se perde e se encontra concretamente somente depois, no pensamento. A natureza não é original, mas derivada do Espírito, quando esse toma consciência de que é ele quem a cria. Primeiro o Espírito coloca a natureza como algo externo, e depois a entende e a recoloca como interno. A natureza não tem uma realidade autônoma. O Espírito vê na natureza o fruto de sua atividade criadora, que é especulativa. Com isso cria-se uma distinção interna, em dois aspectos irreconciliáveis.

Marx procura evitar esse dilaceramento interno ao partir da concepção de homem como ser natural que é modificado historicamente. No humanismo marxiano, homem e natureza são uma coisa só, embora haja a distinção entre natureza orgânica (o próprio homem) e natureza inorgânica (a natureza como meio de vida) – caso contrário, não haveria algo requerendo a

intervenção humana e, posteriormente, algo de que o homem se emancipe. Desse modo, pode-se afirmar que enquanto a objetivação é uma característica humana própria, natural, eterna, a alienação é artificialmente histórica e pode ser superada a partir da abolição da propriedade privada. E o que é a propriedade? É a relação do *sujeito que trabalha* com as *condições para produzir*, para trabalhar. A justificativa para a revolução é o fato de a propriedade privada ser produto do trabalho alienado e também o meio através do qual o trabalho se aliena; ela é a própria realização da alienação.²³ A propriedade privada torna-se a expressão material do trabalho alienado, e, desse modo, a apropriação não é mais própria daquele que atua sobre a coisa, mas lhe aparece como alienação, como sacrifício da vida, perda do objeto; torna-se, enfim, condição da alienação.

Bem antes de Marx os comunistas já reivindicavam a abolição da propriedade privada, porém apresentavam uma concepção muito confusa,²⁴ pois eram incapazes de distinguir entre propriedade privada geral, social, e propriedade como posse direta, individual, exclusiva. Ao considerar o trabalho como puramente material, o comunismo vulgar elimina os talentos individuais, “*nega em todas as esferas a personalidade do homem*”,²⁵ defendendo, irrefletidamente, aquilo que pretendia negar. Para esse comunismo, tudo o que é externo é apenas uma coisa; então – como a propriedade se refere ao mundo das coisas – eles tratam o próprio ser humano como coisa, e, como todas as coisas têm que ser de todos, a comunidade passa a ser apenas um capitalista universal, um proprietário de coisas externas. Enquanto o comunismo vulgar visa apenas a uma igualdade econômica, Marx procura avançar em direção a um comunismo resultante de um movimento completo da história, que inclui o desenvolvimento real (econômico) e ideal (ético, político, etc.). Desse modo, a abolição da propriedade privada inclui o aspecto real e o espiritual, pois a propriedade privada limita nosso âmbito de apropriação, visto que a coisa só é nossa quando é utilizada diretamente por meio do trabalho usurpado pelo capital.

3. O trabalho em *O capital*

Nos *Manuscritos* Marx critica o capitalismo porque neste a relação real entre os homens (homem x homem) é substituída pela alienação em geral, inclusive aquela em relação ao seu produto (homem x coisa). Sua crítica fundamenta-se na concepção de trabalho como essência da

natureza humana e em seus estudos de economia – ciência que até então era apenas incidental na história da filosofia. Em *O capital* Marx dá continuidade à sua crítica ao capitalismo, porém agora munido de um arsenal conceitual bem mais consistente, promovendo um embate teórico com base num estudo histórico, social e econômico muito aprofundado e com um método próprio de exposição, visando indicar as contradições internas do modo de produção capitalista – e, portanto, sua superação. Seu foco central continua sendo a separação dilaceradora entre produto e produtor, mas, enquanto nos *Manuscritos* o trabalho expressava a realização da natureza humana, em *O capital* Marx se preocupa com o modo como o trabalho produz a mais-valia e com a distinção conceitual entre trabalho e força de trabalho.²⁶ Tentando esquivar-se de formulações metafísicas, visando assim a uma pretensa linguagem científica, Marx em *O capital* não apela a conceitos de natureza humana, mas seu foco central é ainda o aprisionamento do homem por ele próprio, a situação de dependência de uma classe por outra – o proletário do capitalista – e as ilusões resultantes das relações de produção.

Num primeiro momento Marx apresenta o trabalho em *O capital* de modo muito semelhante ao dos *Manuscritos*: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.”²⁷ O trabalho é o meio pelo qual o homem medeia sua relação necessária com a natureza, independentemente do momento histórico em que vive, embora seja uma atividade produtiva adequada a um fim específico “*que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas*”,²⁸ pois o ser humano se adapta e cria necessidades. Também a concepção de natureza em *O capital* é semelhante à dos *Manuscritos*: “um substrato material que existe sem ação adicional do homem”.²⁹ A natureza fornece a matéria sobre a qual o homem vai trabalhar, matéria que vai transformar³⁰ e, portanto, da qual vai emancipar-se.

Em um outro trecho de *O capital*, para mostrar como ocorre o processo de trabalho, Marx apresenta como este é fator de distinção entre o homem e os outros animais:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. (...) Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente.³¹

Também nos *Manuscritos* é apresentada uma distinção entre homem e animal a partir do trabalho; entretanto, nesse texto a distinção é marcada, especificamente, a partir da liberdade perante o objeto e pelo fato de o trabalho possuir um caráter universal³² (produção ampla, abrangente, flexível, etc.), possível somente a um ser genérico, consciente, ou seja, que compreende que o homem é o que é somente na e pela sociedade. Uma atividade originalmente individual é pura abstração, pois o trabalho pressupõe a sociedade, a natureza humana só se realiza em sociedade. Porém, em *O capital* a distinção entre homem e animal é caracterizada pela capacidade humana de antecipar idealmente sua obra. Essa antecipação não pode ser confundida com um idealismo. A antecipação imagética ou ideal é construída a partir de parâmetros sociais pré-estabelecidos, é produto das relações de produção que têm características sociais e históricas definidas, nem sempre limitadas ao aspecto econômico.³³ Portanto, essa existência ideal corresponde às concepções espirituais decorrentes da base material resultante do trabalho.³⁴

Em *O capital* predomina a concepção de que o trabalho é fator determinante do homem, algo eterno em meio às mutações processuais, históricas. Entretanto, a formulação do conceito de *força de trabalho* permite a Marx não só dar um grande salto em relação aos seus primeiros escritos, como também dar um novo direcionamento a alguns problemas filosófico-econômicos, tais como as contradições internas do capitalismo e suas ilusões alimentadas justamente pela ausência da distinção entre trabalho e força de trabalho. Uma das manifestações mais marcantes destas ilusões é o salário, que, aparentemente, paga todo o trabalho, mas que na verdade apenas disfarça a parte não paga, que é a responsável pela acumulação capitalista e pelo aumento da dependência do trabalhador. O trabalhador realiza certa quantidade de trabalho, porém o que é vendido e comprado é sua força de trabalho, paga pelo seu valor (determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção e reprodução da própria força de trabalho); para que possa haver lucro, esse valor deve ser inferior ao que o trabalhador pode criar em uma jornada de trabalho. É importante acentuar que, já nos *Manuscritos*, Marx rejeitava propostas reformistas que pregavam um aumento salarial como maneira de melhoria definitiva à situação do trabalhador.³⁵ Embora não fosse contra a luta dos trabalhadores por melhores salários, Marx estava preocupado era com a emancipação humana definitiva representada pela classe trabalhadora.

Em *O capital* a preocupação também é com o fim das amarras que impedem essa emancipação, porém a análise se faz por meio de outras categorias. Uma delas é a distinção entre trabalho e força de trabalho, que permitiu estabelecer quais os fundamentos do modo de produção

capitalista. O trabalho é “atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana”.³⁶ A força de trabalho é definida como o “conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie”.³⁷ Enquanto a força de trabalho é a capacidade de realizar uma atividade útil, o trabalho é o próprio exercício dessa capacidade, é sua efetividade. Em termos aristotélicos, a força de trabalho é a potência, e o trabalho é o ato.³⁸ Assim, as capacidades humanas vêm à tona quando é produzido algo. Se a força de trabalho é uma mercadoria típica do assalariado, então seria um equívoco afirmar que o escravo e o servo possuem força de trabalho, pois eles são a própria força de trabalho. O escravo (grego e romano, por exemplo) obviamente não tem direito pleno de disposição de sua força de trabalho; ele não troca essa capacidade por uma determinada quantia em dinheiro, ou por uma outra mercadoria qualquer que representaria a disposição de uma outra pessoa sobre uma parcela dessa capacidade de trabalho durante um tempo determinado. O escravo é vendido inteiramente, pois afinal não tem liberdade alguma sobre o que ele é ou faz.³⁹ O servo, na servidão típica do feudalismo, também não era proprietário de sua força de trabalho, pois estava preso à terra, era apenas um acessório da terra semelhante aos animais. Portanto, no escravo e no servo não há distinção entre potência e ato. Eles não têm algo que possa ser alienado; eles são alienados por inteiro. O escravo não produz mercadoria, pois ele próprio é a mercadoria, enquanto que o assalariado tem uma mercadoria, a força de trabalho, que vende e troca por outras.

O conceito de força de trabalho revela uma dupla face. A força de trabalho é, num primeiro momento, uma mercadoria igual a qualquer outra, pois tem seu valor de uso – sua utilidade, porque é capaz de produzir algo – e seu valor – para ser trocada por outra coisa que tenha o mesmo valor. Entretanto, num segundo momento mostra sua peculiaridade, que é a de aumentar o valor das mercadorias. Isso ocorre porque o valor que é pago pela força de trabalho (potência) é menor do que o valor do trabalho extraído (ato) dessa força de trabalho. O trabalhador, em suma, é pago pelo valor de troca de sua força de trabalho, e aliena o valor de uso dessa mesma força de trabalho;⁴⁰ portanto, ele permanece proprietário de sua força de trabalho e cede ao capitalista apenas um controle temporário sobre ela.⁴¹ É o conceito de força de trabalho que permite tornar mais claro o processo de separação entre produto e produtor. Nos *Manuscritos*

Marx aponta as quatro formas de alienação e em *O capital* ele destaca a armadilha do capitalismo, ou seu fundamento, que é o fato de o trabalhador – portanto, seu trabalho – já pertencer a outro desde o começo.⁴² Se o problema é ontológico – a separação entre produto e produtor –, então não teria sentido concordar com propostas reformistas limitadas a melhorias salariais ou à intervenção do Estado, pois o salário é apenas a contrapartida ou a expressão da expropriação inicial e total do trabalhador.⁴³ O trabalhador é pago pela venda de sua força de trabalho, e mesmo que aumentasse o preço dessa mercadoria as relações de dependência se manteriam.⁴⁴ Tendo como pressuposto teórico a ligação essencial entre produto e produtor, Marx defende que as posições reformistas são insustentáveis, pois, mesmo que haja um aumento da riqueza – que é apenas material –, o que irá acompanhar esse aumento serão as ilusões sobre o modo de produção capitalista. Somente com a restituição da propriedade por meio da inexistência de intermediação externa entre produtos e produtores é que o responsável direto pela geração da riqueza não venderá sua força de trabalho, não entregará a outro a sua capacidade de criação de um novo mundo, que é, justamente, o que diferencia o homem dos outros seres.

4. Trabalho e economia política

Vamos destacar agora algumas das críticas de Hannah Arendt⁴⁵ ao trabalho como categoria central, na teoria marxiana, e sua relação com a ação política. As críticas podem ser resumidas nos seguintes termos: sendo cúmplice da industrialização e de outros fenômenos típicos da modernidade, Marx exalta o trabalho fundamentalmente produtivo, aquele que deixa algo atrás de si, uma atividade que faz parte do eterno ciclo da vida. Restrito ao aspecto fisiológico, o trabalho é apenas um metabolismo do homem com a natureza. Na conceitografia de Arendt – que tem como parâmetro a realidade da *polis* grega pré-filosófica –, a definição marxiana de trabalho, apesar de enaltecer a produtividade natural proveniente do trabalho do *homo faber*, na verdade limita-se ao *labor*. A crítica de Arendt está pautada na antiga distinção entre vida contemplativa – dedicada à teorização – e vida ativa – voltada às práticas humanas. A vida ativa se divide em três atividades humanas fundamentais: o labor, que corresponde ao processo biológico do corpo humano referente às necessidades da vida; o trabalho, que remete à criação artificial de um mundo que nega o natural; e a ação, única atividade exercida entre os

homens sem a mediação das coisas ou da matéria, correspondendo à condição humana da pluralidade,⁴⁶ pois a ação é a única que não pode ser imaginada fora da sociedade dos homens.⁴⁷ Arendt procura resgatar a concepção grega de política, expressa pela ação e pelo discurso,⁴⁸ que excluiria tudo o que seja apenas necessário (próprio do labor) ou útil (próprio do trabalho). Segundo Arendt, a posterior substituição do ser político pelo ser social, já na Antiga Roma, revela a mudança de foco em que agora prevalecem os problemas sociais – a miséria advinda das grandes diferenças de riqueza, etc. O social que substitui o político surge a partir do obscurecimento da distinção antiga entre as esferas do público (política) e do privado (família),⁴⁹ lembrando que a força e a violência se justificavam na esfera privada porque eram os meios de vencer a necessidade, passo anterior e necessário para alcançar a liberdade na *polis* por meio da política.⁵⁰ No mundo moderno a política é apenas uma função da sociedade, tendo ocorrido a elevação das atividades econômicas ao nível público. Na sociedade o foco é a subsistência, e, com isso, ocorre a emancipação do labor. A subversão da esfera pública representa a perda do mundo, a perda dos negócios realizados entre aqueles que habitam o mundo produzido pelas mãos humanas. A ascensão do social coincide com a transformação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação estritamente privada, e, assim, a sociedade – uma organização de proprietários – passa a exigir da esfera pública a proteção para o acúmulo de mais riqueza.⁵¹ Não é mais o mundo feito pelo homem que é comum, mas somente o governo, nomeado para proteger, uns dos outros, os proprietários privados na luta por mais riqueza. A propriedade moderna perde seu caráter mundano e passa a situar-se no próprio indivíduo.⁵²

Com tudo isso, poderíamos esperar que as transformações sociais seriam o resultado de conflitos entre proprietários e expropriados, entre aqueles que trabalham e aqueles que se apropriam dos frutos do trabalho alheio. Entretanto, para Arendt, o caminho é outro, pois o ser social não é capaz de ação política. Ela reconhece que Marx compreendeu muito bem as mudanças de sua época; porém, como estava voltado para as possibilidades de transformações sociais a partir do trabalho – uma categoria, segundo a autora, essencialmente apolítica –, a ação em Marx está fundada na violência e na fabricação. Para Arendt a ação é oposta à violência, pois esta última não está assentada na palavra, sendo por isso destituída de dignidade e grandeza.⁵³

Essas críticas não são gratuitas, e vários teóricos marxistas procuraram dar-lhes uma resposta. Uma delas defende que o trabalho não se restringe a simples produção de mercadorias, que essa atividade é não só a demarcação entre homem e animal como também possibilita a

passagem para a ação política.⁵⁴ De modo geral, o maior problema dessa tese é que, ao tornar o trabalho uma categoria muito abrangente, ela não permite a clara distinção entre as várias atividades humanas, não distinguindo, portanto, o campo específico de atuação do trabalho.

Outra possibilidade é conceber o trabalho como central apenas no capitalismo,⁵⁵ dado que, afinal, só nesse seria possível aplicar a lei do valor, que coloca o trabalho abstrato como seu fundamento. Tal concepção remete então à polêmica sobre quanto e como o trabalho é atividade historicamente central, ou ao velho debate sobre estrutura e superestrutura. Talvez, no ímpeto de salvar Marx das contradições, essa corrente teórica procure esvaziar o conceito de trabalho a ponto de torná-lo secundário, valendo-se, inclusive, de uma passagem do livro III de *O Capital* em que Marx afirma que a liberdade tem início somente com o fim do trabalho.⁵⁶ Assim, trabalho e liberdade seriam completamente opostos, e todo o vivido até agora pertenceria à pré-história; a história humana começaria mesmo somente no comunismo científico.

Outros teóricos ressaltam as contradições e ambiguidades do próprio objeto de análise: a mercadoria. Desse modo, a filosofia marxiana apresenta contradições porque o objeto de investigação é contraditório; o próprio objeto – a mercadoria, o valor, o modo de produção capitalista, etc. – possui uma contradição imanente, e o discurso marxiano seria o reflexo dessa contradição.⁵⁷

Apesar dessas tentativas, o que pode ser constatado é que, ao longo da obra de Marx, as partes referentes especificamente a uma transformação radical e às condições necessárias para se chegar ao socialismo são escassas e pouco elucidativas.⁵⁸ Marx não apresenta uma receita⁵⁹ de como a união crescente dos trabalhadores, associada ao pleno desenvolvimento das máquinas – oriundo do próprio desenvolvimento do capitalismo –, seria capaz de fazer emergir uma sociedade em que o trabalhador não seja mera corporalidade,⁶⁰ abolindo, então, o trabalho ou o labor, e possibilitando ao homem dedicar-se ao lazer e a outras atividades que também lhe são próprias. Se o trabalho agrega ou não as condições para a ação política, se poderia despertar ou criar a consciência revolucionária do trabalhador, é um problema cuja resolução merece maior espaço para investigação. Por enquanto vamos ressaltar que, juntamente com a análise das contradições iminentes ao capitalismo, Marx tem um futuro socialismo como parâmetro para avaliar e criticar a situação do trabalhador e, assim, eleger o trabalho como o cerne de sua teleologia material.⁶¹ O próprio trabalho, ao mesmo tempo em que criou seus grilhões, deixou

transparecer todas as potencialidades que irão atualizar-se em um novo modo de produção, ou seja, enquanto a expressão negativa do trabalho chega aos seus limites no capitalismo, a liberdade só se realizará no comunismo. O trabalho como *mediação do metabolismo entre homem e natureza* não está restrito ao capitalismo, porém nesse modo de produção o trabalho *aparece* como algo estritamente fisiológico. A pretensão última de Marx é mostrar que no capitalismo o trabalho tem sido aniquilador, mas o próprio trabalho mostra as capacidades humanas por meio de suas realizações históricas, que indicam um novo rumo.

Em vários momentos dos *Manuscritos* e também em algumas passagens de *O capital*, Marx ressalta que somente a restituição da propriedade pode eliminar a alienação ou o fetichismo da mercadoria. De fato, a expropriação do capitalista é uma ação política, derivada, porém, do choque das relações de produção (formas político-jurídicas: a superestrutura) com as forças de produção (os meios de produção juntamente com a força de trabalho: a estrutura). Entretanto, para Arendt, toda essa concepção de revolução ou transformação social radical é, na verdade, uma grande confusão de Marx, não só porque ele confunde labor com trabalho,⁶² mas também porque não deixa claro como se dá a relação entre liberdade e necessidade. Realmente Marx não esclarece, por exemplo, se no socialismo o homem será livre *no* trabalho ou *do* trabalho. Arendt enfatiza essas contradições a partir do pressuposto de que a liberdade é exclusivamente política, devido à separação estanque entre os três aspectos do mundo prático humano (labor, trabalho e ação).⁶³ Ao idealizar a sociedade grega, Arendt fundamenta sua constatação da ausência de um espaço legítimo para a ação no mundo moderno a partir de uma pretensa estabilidade política vigente em poucos séculos na *polis* pré-filosófica. Além disso, enquanto Marx acredita ter encontrado no trabalho uma parte daqueles elementos próprios da ação aristotélica, em que o trabalho criaria as condições para a liberdade – extinguindo as diferenças entre labor e trabalho e, conjuntamente, entre trabalho e ação –, Arendt nega esse potencial do trabalho, pois é esta pretensa indiferenciação que obstrui a liberdade.

Mesmo considerando as influências que a filosofia antiga exerceu tanto sobre Marx quanto sobre Arendt, há mais diferenças entre esses filósofos do que semelhanças, e para melhor entendê-los temos que considerar também as influências que os diferentes contextos históricos exerceram sobre cada um deles. Arendt presencia um contexto de desalento perante a política devido a alguns eventos catastróficos (II Guerra Mundial, nazismo, bomba atômica, etc.) que semeiam o desafeto e a desilusão política. Porém Marx vivia ainda num contexto de iminente

revolução, de emergência da classe operária na Europa, e por isso o futuro – sob o ponto de vista do proletariado – lhe parecia tão promissor. Considerando as categorias de Arendt, seu respectivo diagnóstico desolador sobre a política nos séculos XX e XXI parece mais próximo aos fatos do que as expectativas otimistas alimentadas por Marx.⁶⁴ Por isso não devemos desconsiderar as desconfianças de Arendt perante as forças políticas da fabricação ou do labor, pois as expectativas de Marx quanto às potencialidades do trabalho parece que há muito foram suplantadas por um aumento do bem-estar da classe trabalhadora, o qual acentuou a passividade e o conformismo alimentados pela liberdade do mercado – talvez a única liberdade que a história efetivamente tenha construído. É verdade também que ambos os teóricos, influenciados pelo pensamento político tradicional, ainda acreditam nas potencialidades da ação política, porém Marx já tinha percebido, em parte, a exaustão de uma ação política nos moldes antigos, tanto que nunca se preocupou em formular uma teoria política ou do Estado, pois isso parecia bastante inócua num período pós-Revolução Industrial. O fato de ele atribuir ao trabalho as potencialidades antes atribuídas à ação (política) remete diretamente à mudança de enfoque filosófico, remete ao novo instrumento, a Economia Política, para forjar uma análise crítica bem fundamentada ao capitalismo. Com isso, Marx promove uma das mais significativas inversões temáticas na história da filosofia. Se a partir da Revolução Industrial a economia passa a ser um dos aspectos determinantes da vida social, então é preciso aprofundar-se nessa área para não ser apenas mais um crítico moralista sem conhecimento de causa, pois as críticas exclusivamente humanistas, políticas ou éticas já tinham mostrado seus limites. Marx também está apegado à política, mas acredita que as esperadas transformações sociais ocorrerão por meio de uma crise na estrutura econômica juntamente a um proletariado já devidamente politizado. Acredita que o trabalho produz a consciência – consciência que, para Arendt, somente a ação política é capaz de produzir – necessária para agir nos momentos oportunos, nos momentos de crise do capitalismo. Enquanto Marx se entusiasmou com os instrumentos da economia política, Arendt se mostra desolada e vê no avanço da economia uma das grandes expressões da inversão entre labor e ação, entre público e privado.

O certo é que a contraposição à assimilação estrita que o existencialismo nostálgico de Arendt faz entre trabalho e labor no discurso marxiano depende, em boa parte, dos parâmetros filosóficos e históricos adotados. A observação dessas diferenças de parâmetros facilita o esclarecimento quanto ao posicionamento de cada filósofo perante a própria filosofia política,

pois enquanto, por exemplo, os liberais aceitam o presente como sendo o melhor dos mundos possíveis, Marx parece ter fantasiado sobre o futuro, ao passo que Arendt idealizou o passado.

Considerações finais

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* Marx define o trabalho como atividade livre, fundamento da natureza humana, atividade não restrita ao aspecto econômico e menos ainda ao financeiro. Em *O capital* a distinção entre força de trabalho (potência) e trabalho (ato) permite o aprofundamento da estrutura capitalista baseada na separação dilaceradora entre produto e produtor. Em vários momentos de sua obra, Marx critica os economistas por terem limitado o trabalho a mera atividade em troca de salário, suficiente para manter a sobrevivência do trabalhador. Do mesmo modo, critica os comunistas em geral por igualarem o próprio ser humano a uma coisa, querendo, por isso, tornar tudo comum e desconsiderando a importância do conceito de propriedade. Também lança farpas contra Hegel, que concebe o trabalho como atividade do espírito, estando portanto limitado apenas aos aspectos positivos do trabalho. O ponto central da crítica marxiana é o fato de o modo de produção capitalista promover um direcionamento na vida de tal maneira que o foco central do homem se torna exclusivamente a produção com vistas à riqueza material. Essa riqueza é somente material, financeira, não só de outro (pois no capitalismo o trabalhador produz para outro), mas também – como consequência da separação entre produto e produtor – de toda a sociedade. A centralidade do trabalho e sua exploração como fundamento do capitalismo mostram o deslocamento que Marx promove no foco de investigação, estabelecendo, inclusive, novos parâmetros para a filosofia. O objetivo de Marx é compreender as contradições internas do capitalismo e mostrar como elas indicam sua dissolução a partir de uma crise geral, a crise do valor-trabalho; para isso, vale-se da economia política. Apesar dos diferentes aspectos do conceito de trabalho em Marx, Arendt limita-os ao que ela denomina labor, e, com isso, assinala o fracasso da política na modernidade, constatando as ilusões marxianas quanto às forças revolucionárias da classe trabalhadora.

A investigação sobre a relação entre trabalho e ação requer maior dedicação, especialmente para se evitarem anacronismos e ingenuidades. Marx acreditou ter encontrado na Economia Política o melhor instrumento teórico-crítico pós-Revolução Industrial para promover

sua crítica ao capitalismo; talvez tenha sido esse um dos grandes legados de Marx à história da filosofia.

Notas

¹ Doutorando em Filosofia Política, UFSC, 2011.

² “A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como de qualquer outra mercadoria. *Se a oferta excede por muito a procura, então parte dos trabalhadores cai na penúria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador encontra-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria.*” Marx, K., *Manuscritos econômico-filosóficos*, p. 102.

³ “Mas a economia política concebe o trabalhador como simples animal, besta de carga cujas necessidades se limitam estritamente a necessidades corporais.” Idem, p. 112.

⁴ Idem, p. 109.

⁵ “O animal identifica-se imediatamente com sua atividade vital. Não se distingue dela. É sua própria atividade.” Idem, p. 164.

⁶ Idem, p. 165.

⁷ “Não iniciaremos a explicação [*sobre a conexão entre o processo de alienação e o dinheiro*], como faz o economista, a partir de um estado original lendário, que nada esclarece. (...) Nós partiremos de um fato econômico contemporâneo.” Marx, K., *Manuscritos econômico-filosóficos* p. 158.

⁸ Idem, p. 157.

⁹ O trabalhador “se relaciona ao *produto de seu trabalho* como a um objeto *estranho*. Com base nesse pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, tanto mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria perante si, tanto mais pobre ele fica na sua vida interior, tanto menos pertence a si próprio”. Idem, p. 159.

¹⁰ “Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence à sua natureza; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo.” Idem, p. 162.

¹¹ “Chega-se à conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber e procriar; quando muito, na habitação, no adorno, etc. –, enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano animal.” Marx, K., *Manuscritos econômico-filosóficos*, p. 162.

¹² “O homem é um ser genérico, não só no sentido de que faz objeto seu, prática e teoricamente, a espécie (tanto a sua própria como a das outras coisas), mas também – e agora se trata apenas de outra expressão para a mesma coisa – no sentido que ele se comporta perante si próprio como a espécie presente, viva, como um ser *universal*, e portanto livre.” Idem, p. 163.

¹³ “De modo geral, a afirmação de que o homem se encontra alienado da sua vida genérica significa que um homem está alienado dos outros, e que cada um dos outros se encontra igualmente alienado da vida humana.” Idem, p. 166.

¹⁴ “A propriedade privada constitui, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador à natureza e a si mesmo.” Idem, p. 168.

¹⁵ “A experiência que a consciência faz aqui não é somente a experiência teórica, o saber do objeto; mas toda a experiência. Trata-se de considerar a vida da consciência tanto ao conhecer o mundo como objeto da ciência quanto ao conhecer-se a si mesma como vida, ou ainda quando ela se propõe uma meta. Todas as formas de experiência – éticas, jurídicas, religiosas – encontrarão seu lugar, visto que se trata de considerar a experiência da consciência em geral.” Hyppolite, J., *Gênese e estrutura da Fenomenologia do espírito de Hegel*, p. 26.

¹⁶ Hegel, *Fenomenologia do espírito*, § 190, p. 148.

¹⁷ Idem, § 193, p. 149.

¹⁸ “Por isso, como ato autonegador, o trabalho é um ato autocriador: realiza e manifesta a liberdade, isto é, a autonomia em relação ao dado em geral e ao dado que se é; cria e manifesta a humanidade do trabalhador.” Kojève, A. *Introdução à leitura de Hegel*, p. 468.

¹⁹ Hegel, *Fenomenologia do espírito*, § 196, p. 151.

²⁰ Comentando essa visão idealizada sobre o trabalho, Marx afirma que Hegel “concebe o trabalho como a essência, como a essência confirmativa do homem; considera apenas o lado positivo do trabalho, não o seu aspecto negativo. (...) O único trabalho que Hegel entende e reconhece é o trabalho intelectual abstrato”. Marx, K., *Manuscritos econômico-filosóficos*, p. 245-246.

²¹ Marx, K., *Manuscritos econômico-filosóficos*, p. 165.

²² “O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho.” Idem, p. 159.

²³ Marx, K., *Manuscritos econômico-filosóficos*, p. 169.

²⁴ “O comunismo é, na sua primeira forma, apenas a *generalização* e o *cumprimento* da sobredita relação; enquanto tal, manifesta-se numa dupla forma: o domínio da propriedade *material* surge-lhe tão vasto que ele procura destruir tudo o que se mostra incapaz de ser possuído por todos como propriedade privada. Deseja eliminar o talento, etc., *pela força*.” Idem, p. 190.

²⁵ Idem, p. 190.

²⁶ Essa importante distinção entre trabalho e força de trabalho já está nos *Grundrisse*.

²⁷ Marx, K., *O capital*, livro I, tomo 1, p. 50.

²⁸ Idem, p. 50.

²⁹ Idem, p. 50.

³⁰ “Ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias. (...) Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Dela o trabalho é o pai, como diz William Petty, e a terra a mãe.” Marx, K., *O capital*, livro I, tomo 1, p. 51.

³¹ Idem, p. 149.

³² “Sem dúvida, o animal também produz. Faz um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas, etc. Mas só produz o que é estritamente necessário para si ou para suas crias; produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente; (...) O homem produz quando se encontra livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade.” Marx, K., *Manuscritos econômico-filosóficos*, p. 165.

³³ Sobre essa complicada relação entre trabalho e imaginação em Marx, Arendt afirma que “o elemento ‘imaginação’, aparentemente tão importante, não desempenha papel algum em sua teoria do trabalho.” Arendt, H., *A condição humana*, p. 111.

³⁴ “Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material transposto e traduzido na cabeça do homem.” Marx, K., *O capital*, livro I, tomo 1, p. 20. (Posfácio da segunda edição).

³⁵ “Um aumento de salários forçado (...) não passaria de uma melhor remuneração dos escravos e não restituiria o significado e o valor humanos ao trabalhador, nem ao trabalho.” Marx, K., *Manuscritos econômico-filosóficos*, p. 170.

³⁶ Marx, K., *O capital*, livro I, tomo 1, p. 153.

³⁷ Idem, p. 139.

³⁸ “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, *actu*, a força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia*.” Idem, p. 149.

³⁹ Para que haja um assalariamento, o intercâmbio entre vendedor e comprador da mercadoria *força de trabalho*, é necessário que “o proprietário da força de trabalho só a venda por determinado tempo, pois se a vende em bloco, de uma vez por todas, então ele vende a si mesmo, transforma-se de homem livre em um escravo, de possuidor de mercadoria em uma mercadoria”. Idem, p. 139.

⁴⁰ Idem, p.167.

⁴¹ Rosdolsky, R., *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*, p. 174.

⁴² “A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e sua força subjetiva de trabalho, era a base realmente dada, o ponto de partida do processo de produção capitalista.” Marx, K., *O capital*, livro I, tomo 2, p. 156.

⁴³ “Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista. Sua servidão econômica é, ao mesmo tempo, mediada e escondida pela renovação periódica da venda de si mesmo, pela troca de seus padrões individuais e pela oscilação de preço de mercado do trabalho.” Idem, p. 161.

⁴⁴ “Mas assim como melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não superam a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado. Preço crescente do trabalho em decorrência da acumulação do capital significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto.” Idem, p.191.

⁴⁵ Sua crítica a Marx encontra-se espalhada em boa parte de suas obras. Aqui utilizamos apenas *A condição humana*.

⁴⁶ Arendt, H., *A condição humana*, p. 15.

⁴⁷ Idem, p. 31.

⁴⁸ Idem, p.34.

⁴⁹ Idem, p.37.

⁵⁰ Idem, p.40.

⁵¹ Idem, p.78.

⁵² Idem, p. 80.

⁵³ Cf. Wagner, E. S., *Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho*, p. 118.

⁵⁴ Como exemplo dessa linha de pensamento pode-se citar o teórico brasileiro Leandro Konder. Cf. Konder, L., *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

⁵⁵ Essa parece ser a base da proposta de Anselm Jappe. Cf. Jappe, A., *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor.*

⁵⁶ “O reino da liberdade começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela finalidade externa. Por sua própria natureza, portanto, ele fica para além da esfera da produção material propriamente dita.” Marx, K., *O capital*, livro III, p. 170.

⁵⁷ Essa é a idéia central de Rui Fausto. Cf. Fausto, R., *Marx: lógica e política. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética.*

⁵⁸ *A Crítica ao programa de Gotha e A Guerra Civil em França* estão dentre os poucos textos em que Marx apresenta um esboço do comunismo futuro.

⁵⁹ Inclusive, no posfácio da segunda edição de *O capital*, Marx ironiza a respeito dos que esperavam dele algumas receitas para a revolução ou uma explicação detalhada de como seria o socialismo. Marx preferiu evitar os erros de Owen e de Fourier, mostrando assim a cautela que outros não tiveram: “O método aplicado em *O capital* foi pouco entendido, como já o demonstram as interpretações contraditórias do mesmo. Assim, a *Revue Positiviste* me acusa de que eu, por um lado, trato a Economia metafisicamente e, por outro – adivinhem! –, de que eu me limitaria à mera análise crítica do dado, em vez de prescrever receitas (comteanas?) para a cozinha do futuro”. Marx, K., *O capital*, livro I, p. 18 (posfácio da segunda edição).

⁶⁰ “Com a diminuição constante do número dos magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista.” Marx, K., *O capital*, livro I, tomo 2, p. 294.

⁶¹ “Mas a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Esta não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho.” Idem, p. 294.

⁶² Arendt, H., *A condição humana*, p. 113.

⁶³ Como bem observa Diogo Ramos, diferentemente de Arendt, “*Marx não os separa [labor, trabalho, ação], e por isso estes vários aspectos em certa medida aparecem sob a rubrica de trabalho*”. RAMOS, Diogo. *A ação contra o trabalho: uma avaliação da crítica de Hannah Arendt a Karl Marx*. UFSC, Florianópolis, SC, 2009. 101 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia), p. 88.

⁶⁴ Entretanto, é preciso ressaltar, como Eugênia S. Wagner destaca bem, que para Arendt o futuro se encontra em aberto e que as soluções para os problemas do mundo moderno só podem ser dadas pelo âmbito da política prática. Cf. Wagner, E. S., *Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho*, p. 131.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo, 10ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2005.

GIANOTI, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho: estudos sobre a lógica do jovem Marx*. L&PM, Porto Alegre, RS, 1985.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. Trad. Ana Montoia, São Paulo, Annablume, 2003.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Trad. Paulo Meneses, 3ª ed. rev. Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.

HYPOLITE, Jean. *Gênese e estrutura da Fenomenologia do espírito de Hegel*. Trad. Sílvio Rosa Filho, 2ª ed., São Paulo, Discurso Editorial, 2003.

JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Trad. José Miranda Justo, Portugal, Antígona, 2006.

KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Trad. Estela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro, Contraponto, EDUERJ, 2002.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo, Martins fontes, 2003.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, tomo 1. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 2ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, tomo 2. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 2ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo 1. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Artur Morão. Lisboa, Edições 70.

MÉSZÁROS, István. *Marx: a teoria da alienação*. Trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

RAMOS, Diogo. *A ação contra o trabalho: uma avaliação da crítica de Hannah Arendt a Karl Marx*. UFSC, Florianópolis, SC, 2009. 101 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia).

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx.* Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro, EDUERJ: Contraponto, 2001.

WAGNER, Eugênia Sales. *Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho.* Ateliê Editorial, São Paulo, 2002.